



PLANEJAMENTO PÚBLICO DE LONGO PRAZO E POLÍTICAS SOCIAIS GLOBAIS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE PLANOS FEDERAIS BRASILEIROS À LUZ DOS REFERENCIAIS INTERNACIONAIS

LIMA, J. S.; COELHO, F. S. PLANEJAMENTO PÚBLICO DE LONGO PRAZO E POLÍTICAS SOCIAIS GLOBAIS: Uma análise exploratória de planos federais brasileiros à luz dos referenciais internacionais. **Revista Ciência e Sustentabilidade**, Juazeiro do Norte, v.8, Nº2, p.6-26, jul./dez. 2024.

Jerônimo Santos Lima¹
Universidade de São Paulo (USP)

Fernando de Souza Coelho²
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

Com a intensificação de políticas sociais globais (PSG), como as expressas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, pelo Acordo de Paris ou pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, torna-se cada vez mais relevante entender de que modo o Poder Executivo federal tem inserido tais políticas em seus planejamentos públicos de longo prazo (PPLP). Por tal motivo, este trabalho propõe uma leitura de três relatórios federais de cenários futuros, perfazendo 24 anos (2007 a 2031) de análise textual, a fim de verificar suas relações e apresentar uma categorização sistemática. Metodologicamente, utilizou-se a Teoria Fundamentada em Dados, oportunidade em que se partiu da análise de 85 codificações textuais construídas, as quais permitiram a criação de uma categorização

¹ Servidor Público na Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE). Pesquisador no Laboratório de Gestão Governamental da Universidade de São Paulo (LabGov-USP). Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. Mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade De São Paulo (EACH-USP). Especialista em Governo Digital pela Faculdade Verbo Jurídico. Especialista em Gestão da Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Docência pela Faculdade São Luís. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFF). Bacharel em Direito pela Faculdade Cenecista de Rio das Ostras (FACRO).

E-mail: jeronimolima@usp.br

² Professor Associado de Administração Pública da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Coordenador do Laboratório de Gestão Governamental da Universidade de São Paulo (LabGov-USP). Livre-Docente em Gestão Governamental pela EACH-USP. Doutor e Mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV), com aperfeiçoamento em Desenvolvimento Local no Weitz Center for Development Studies em Israel (CERUR) e intercâmbio no MBA de Administração do Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM). Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP-USP).

E-mail: fernandocoelho@usp.br

sintetizada no decorrer deste estudo. Como resultado, tem-se que todos os planos apresentaram algum alinhamento e consideraram os impactos de agentes internacionais na elaboração do planejamento doméstico, apresentando as PSG mais focalizadas que universais. Eles diferem, no entanto, quanto a alguns aspectos, como a inclusão de cenários futuros (que ocorreu somente no Br3T) e a ênfase às questões da América Latina, especificada somente pelo Brasil 2022. Conclui-se que os planos federais de longo prazo tendem a ser comparativamente diversificados e pouco alinhados entre si, apontando uma necessária maior sistematização e integração entre eles.

Palavras-chave: Planejamento público federal de longo prazo. Políticas sociais globais. Análise Comparada.

ABSTRACT

With the intensification of global social policies (GSP), such as those expressed by the United Nations Sustainable Development Goals, the Paris Agreement or the United Nations Framework Convention on Climate Change, it has become increasingly relevant to understand how the federal executive branch has included such policies in its long-term public planning (LTPP). For this reason, this paper proposes a reading of three federal reports on future scenarios, totaling 24 years (2007 to 2031) of textual analysis, in order to verify their relationships and present a systematic categorization. Methodologically, Grounded Theory was used, an opportunity in which the analysis of 85 constructed textual codifications was used, which allowed the creation of a summarized categorization during the course of this study. As a result, it was found that all the plans presented some alignment and considered the impacts of international agents in the elaboration of domestic planning, presenting the GSP as more focused than universal. They differ, however, in some aspects, such as the inclusion of future scenarios (which occurred only in Br3T) and the emphasis on Latin American issues, specified only by Brazil 2022. It is concluded that long-term federal plans tend to be comparatively diversified and poorly aligned with each other, indicating a need for greater systematization and integration between them.

Keywords: Long-term federal public planning. Global social policies. Comparative analysis.

1 INTRODUÇÃO

O mundo enfrenta desafios cada vez mais complexos e interconectados desde o princípio dos anos 1990, especialmente com o processo de globalização sob uma nova ordem mundial (MASINI, 1993). Da mesma forma, o Brasil, como um ator relevante no cenário internacional, deve considerar as inter-relações globais em seu planejamento doméstico, além das influências de tais questões para a sua realidade (CASTRO, 2023; DE TONI, 2009).

Um exemplo disso é a crescente influência das políticas sociais globais (PSG), especialmente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a 21ª Conferência das Partes (COP 21) e o Acordo de Paris e a Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas, os quais têm moldado as agendas de desenvolvimento em todo o mundo (CASTRO, 2023; DE OLIVEIRA, 2021).

A COP 21 objetivou limitar o aumento da temperatura global a um máximo de 2°C, alinhando-se com as Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil no setor energético. O Acordo de Paris enfatizou a importância das fontes de energia renováveis como eólica e solar para cumprir as metas climáticas, refletindo a estratégia do Brasil de diversificar sua matriz energética e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas (LIMA, 2020).

Além disso, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas desempenha um papel crucial na definição das políticas sociais globais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, destacando a necessidade de um planejamento público de longo prazo para abordar questões de adaptação às mudanças climáticas e justiça no Brasil (TORRES, 2020).

Por isso, a extensão em que as PSG são incorporadas aos planejamentos públicos de longo prazo (PPLP) no Brasil é uma questão que requer uma análise aprofundada. Um estudo sobre esse tema contribui para um melhor debate sobre como PSG são consideradas nas estratégias futuras de longo prazo do Brasil (CASTRO, 2023; MENDONÇA, 2011).

Com a intenção de responder tal questão, este trabalho tem o objetivo geral de descrever quais são as diferentes dimensões das políticas sociais globais no planejamento público de longo prazo federal brasileiro para um período de 24 anos (2007 a 2031), tomando por base os três relatórios selecionados.

Especificamente, analisaremos, de modo exploratório e descritivo, três relatórios de cenários prospectivos federais e desenvolveremos uma categorização de análise advinda da codificação sistemática textual realizada com o propósito de apresentar de que modo eles consideraram as influências externas à luz de transferências ou difusão de PSG (o *hiperlink* da categorização realizada foi apresentado nas notas finais deste trabalho).

Desse modo, propõe-se o seguinte questionamento: *quais são as diferentes dimensões das políticas sociais globais no planejamento público de longo prazo federal brasileiro para um período de 24 anos (2007 a 2031), a partir dos três relatórios analisados?*

Por tal razão, a investigação é relevante porque almeja preencher justamente essa lacuna crítica da literatura ao fornecer uma categorização de influências de políticas sociais globais em planejamentos nacionais de longo prazo no recorte brasileiro.

Em linhas gerais, este trabalho procura relacionar, genericamente, os desafios do planejamento público de longo prazo com a literatura de difusão de políticas sociais, notadamente com o enfoque nas agendas internacionais (AMORIM E COELHO, 2020; CASTRO, 2023; BARZELAY, 2001; HAAS, 1992; YATES, 2002).

Nas próximas seções, será levada a cabo a revisão da literatura sobre a temática, bem como a apresentação do método utilizado na pesquisa. Na sequência, descreveremos os três relatórios de cenários futuros (Brasil 3 Tempos, Brasil 2022 e Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social) objetos desta pesquisa. Em seguida, apresentaremos

a categorização comparada dos planos federais de longo prazo analisados. Por fim, têm-se as considerações finais e as referências.

O fenômeno da globalização trouxe uma série de debates a respeito do papel mais estratégico dos Estados num contexto da aceleração da interconectividade mundial, no compartilhamento de autonomia com organizações não governamentais e privadas em âmbito internacional (DEACON, 2007; YATES E HOLDEM, 2022). Assim, debates sobre os graus de autonomia Estatal e integração com organismos internacionais se tornaram cada vez mais relevantes frente a esse mundo globalizado.

A denominada globalização forte é conceituada como uma ênfase oferecida por alguns especialistas como natural e inevitável a partir de uma integração internacional dada especialmente por uma série de práticas que a favorecem, como restrições externas impostas aos governos pelos mercados e organizações internacionais, a erosão da soberania estatal e uma série de *hard e soft powers* empregados por eles em suas relações estatais (DION, 2008; YATES, 2002).

Nesse sentido, a globalização forte impõe constrangimentos externos aos governos, mitigando a sua autonomia doméstica. Em contraposição, a globalização fraca considera que os Estados têm autonomia e poder de decisão e podem influenciar os efeitos da integração global por meio de diferentes estratégias (MALINAR, 2022; MATEI, 2007; JONYO, 2022).

Considerando esse contexto, é justamente neste ponto que o planejamento governamental e as agendas internacionais são entrelaçadas, tendo em vista que, se planejamento é o cálculo que preside e precede a ação, será nele que poderemos analisar como tais políticas são consideradas em um determinado Estado, especialmente se analisarmos o planejamento como uma política de gestão que também formaliza a agenda de políticas públicas (AMORIM E COELHO, 2020; BARZELAY, 2001; MATUS, 1991).

Desenvolver estratégias de planejamento público de longo prazo que sejam efetivas tornou-se uma atividade essencial para governos que pretendem construir futuros desejáveis, não a esmo ou por meio de ações *ad hoc*, em uma atitude que precede a ação, especialmente em tempos de incerteza, de transições profundas e de globalização (DE OLIVEIRA, 2021; HASS, 1992; HOLDEN, 2022; MATUS, 1991; PATROUILLEAU, 2022; ROSE, 1991; YATES, 2002).

Cada vez mais se considera relevante à aplicação de métodos e abordagens prospectivas como um ativo para pensar e estruturar futuros públicos de longo prazo também no contexto de agendas internacionais (CEPEKU, 2014; HASS, 1992; HOLDEN, 2022; THIEL, 2014; PARES E VALLE, 2006).

Na perspectiva brasileira, essa questão é ainda mais central, tendo em vista os desafios sociais, econômicos e ambientais que esse país enfrenta. Alguns exemplos de PSG são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a COP 21, e o Acordo de Paris, cujos propósitos têm influenciado a agenda de desenvolvimento global e, por consequência, o planejamento de longo prazo dos países que os aderiram. (CASTRO, 2023; DE SOUZA, 2021; MAZUREK e FUERTES, 2022; YATES, 2023).

Uma das formas de se entender como esse processo de influências ocorre é a partir de análises das interpretações nacionais (domésticas) e das ideias que são aplicadas em determinado país, as quais são fruto de uma implicação internacional. Esse processo pode se dar por meio de difusão ou de transferência de políticas e acontece com o uso de instrumentos coercitivos ou não coercitivos, com auxílio de comunidades epistêmicas ou por *instrument constituencies* (BÉLAND, 2018; BÉLAND, HOWLETT, MUKHERJEE, 2018; OLIVEIRA E BICHIR, 2018; MALINAR, 2022; HASS, 1992; KARCH, 2007).

Assim, o Estado não pode desconsiderar as influências globais em seu planejamento interno. Além disso, ele precisa verificar até que ponto há um equilíbrio entre as influências externas e a preservação de sua soberania (DE OLIVEIRA, 2021; FARIA, 2003; YATES, 2002).

Torna-se, por isso, relevante analisar a relação do PPLP e PSG, a fim de perceber quais são as considerações de difusão nas políticas nos planejamentos públicos de longo prazo federais para se entender de que modo a institucionalização de uma agenda e suas incertezas - que se dá via planejamento - recebem ou promovem influência no contexto de agendas internacionais (HAAS, 1992).

Neste sentido, a criação de uma categorização sistemática descritiva e exploratória de análise torna-se um primeiro passo para apresentar essas relações supracitadas, sendo um estágio importante de pesquisa destinado a perceber os processos de difusão de políticas no contexto de planejamento público e de agendas internacionais. A seguir, apresenta-se a estratégia metodológica desta pesquisa.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, documental e bibliográfica cujo objetivo é apresentar as diferentes dimensões de PPLP federais a partir de uma categorização comparada advinda de três relatórios de cenários futuros federais brasileiros que cobrem um período de 24 anos de análise (2007 a 2031) com enfoque específico na temática de políticas sociais globais no Brasil (GIL, 2002; MARCONDES E LAKATOS, 2003; PRADANOV, 2012).

Tal pesquisa baseou-se na Teoria Fundamentada em Dados - TFD - (*Grounded Theory*), conceituada como abordagem que se destina a construir, de modo indutivo e dedutivo, uma teoria assentada em dados por meio de uma análise qualitativa, a qual, juntamente com outras teorias, poderá trazer novos conhecimentos ao fenômeno (CASSIANI; ALMEIDA, 1999).

A TFD, criada por Glaser e Strauss (1967), exige que o pesquisador parta dos dados para possíveis conclusões. Ele só tem claro as questões sobre a coleta inicial dos dados. Os dados, então, revelarão a necessidades de novas coletas, conforme o caso. Assim, os dados coletados são analisados linha por linha e cada incidente é codificado por meio de um rótulo ou código. A partir disso, tais códigos passam por uma categorização sistemática. Juntamente com a codificação, o pesquisador cria um memorando destinado às anotações sobre questões relevantes e *insights* da pesquisa (DE MEDEIROS; DOS SANTOS; ERDMANN, 2020).

A TFD não exige que o pesquisador use uma lente teórica específica para ler as evidências, sendo ela um objetivo da investigação e não seu ponto de partida. Nesse sentido, a revisão da literatura não é o primeiro passo no processo de pesquisa, sendo a amostra seletiva da literatura um processo indutivo de revisão bibliográfica, a partir dos conceitos que emergem da categorização. Portanto, a literatura é usada como dado para explicar a teoria. A teoria não necessariamente deriva dela (CASSIANI; ALMEIDA, 1999).

Assim, quanto aos procedimentos de pesquisa, foram encontrados seis relatórios de cenários futuros federais. A escolha dos três relatórios selecionados para a análise se deu pela extensa abrangência temporal e pelos diferentes formatos de suas construções, o que permitiria uma comparação mais adequada sobre as suas similaridades e diferenciações (THIEL, 2014).

A escolha desses três relatórios também se justifica porque o Br3T abrange um período inicial de análise, com prioridades e desafios do início do século XXI; o Brasil 2022, num horizonte mais recente, permite analisar a continuidade e as mudanças das estratégias federais ao longo do tempo. Por sua vez, o Endes fornece um panorama mais atual, o que possibilita uma comparação com planos anteriores.

Quadro 1: Relatório de Cenários Futuros Analisados

	Relatórios de Cenários Futuros		
Relatório	Brasil 3 Tempos	Brasil 2022	ENDES
Visão de Futuros	2007 a 2022	2010 a 2022	2020 a 2031
Ano de Elaboração	2006	2010	2018

Fonte: Elaborado pelos autores

Escolheu-se analisar os relatórios oficiais porque eles representam a institucionalização da formulação da agenda de políticas por meio de um planejamento (AMORIM, COELHO E LEITE, 2020). Além disso, eles foram elaborados com a participação de diferentes entidades e atores sociais. Embora tenham apresentado metodologias de construção distintas, os relatórios permitem uma análise oficial comparada sobre o que consideraram importante em relação às políticas sociais globais em diferentes categorizações.

Assim, os três relatórios foram lidos na integralidade e criadas codificações a partir de trechos considerados relevantes. Foram realizadas 27 codificações no Brasil 2022, 20 no Br3T e 38 no Endes, num total de 85 códigos criados. Após, comparou-se as codificações de modo a possibilitar uma categorização mais sintética apresentada neste estudo. Tal trabalho permitiu, então, uma análise comparativa entre semelhanças e diferenças entre os documentos.

Como resultado das fases anteriores, serão considerados treze pontos de análise¹ que tratam questões de políticas sociais globais em planejamentos públicos de longo prazo no contexto federal, criadas a partir do que se emergiu da codificação e categorização sistemática

dos dados documentais (com *hiperlink* para acesso nas notas finais deste artigo científico), de modo a permitir uma apresentação comparativa em forma de taxonomia entre esses três cenários de futuros analisados, conforme a descrição abaixo:

Quadro 2: Critérios de Análise para a Categorização Sistemática Comparada

Alinhamento do Plano com uma Visão Global	
<p>Alinhado: o plano de longo prazo considera o contexto global ao construir seus cenários futuros nacionais, ou seja, apresenta os impactos e influências das agendas internacionais no bojo do plano federal, altera ou adapta seu plano considerando os aspectos internacionais e apresenta políticas internas para um contexto internacional ou global.</p>	<p>Não alinhado: o plano de longo prazo não considera o contexto global ao construir seus cenários futuros federais, ou seja, não apresenta os impactos e influências das agendas internacionais no bojo do plano federal, não altera ou adapta seu plano considerando os aspectos internacionais e não apresenta políticas internas para um contexto internacional ou global.</p>
Ajustamento com as Políticas Sociais Globais	
<p>Ajustado: o plano de longo prazo considera o contexto das políticas sociais globais ao construir seus cenários futuros nacionais.</p>	<p>Não ajustado: o plano de longo prazo não considera o contexto das políticas sociais globais ao construir seus cenários futuros nacionais.</p>
Apoio de Parceiros internacionais	
<p>Apoiado: o plano de longo prazo recebeu apoio de parceiros internacionais para a sua construção.</p>	<p>Não apoiado: o plano de longo prazo não recebeu apoio de parceiros internacionais para a sua construção.</p>
Abordagem de Política Social Global	
<p>Universalista: políticas sociais que buscam beneficiar toda a população, independentemente de sua renda, condição social ou demografia.</p>	<p>Focalizada: políticas sociais direcionadas a grupos específicos da população que enfrentam desvantagens ou necessidades especiais.</p>
Construção de Cenários Futuros para as Questões de Políticas Sociais Globais	
<p>Construído: o plano de longo prazo construiu cenarizações com diferentes perspectivas (utopias, protopias ou distopias) que envolvem as políticas sociais globais.</p>	<p>Não construído: o plano de longo prazo não construiu cenarizações com diferentes perspectivas (utopias, protopias ou distopias) que envolvem as políticas sociais globais.</p>

Âmbito de Cobertura de Políticas Sociais Globais	
Abrangente: políticas que visam cobrir uma ampla gama de serviços e direitos sociais.	Setorial: políticas que se concentram em áreas específicas, como saúde, educação, saneamento etc.
Enfoque Geográfico das Políticas Sociais Globais	
Nacional: políticas sociais globais aplicadas em todo o país.	Regional/local: políticas sociais globais adaptadas às diferentes regiões e comunidades específicas.
Integração das Políticas Sociais com os Objetivos das Nações Unidas	
Integrado: o plano de longo prazo integra as suas políticas sociais com objetivos incentivados pelas Nações Unidas.	Não integrado: o plano de longo prazo não integra as suas políticas sociais com objetivos incentivados pelas Nações Unidas.
Apresentação de Fontes de Financiamento Internacional	
Apresenta: o plano de longo prazo apresenta quais são as fontes de financiamento internacional para as políticas apontadas.	Não apresenta: o plano de longo prazo não apresenta quais são as fontes de financiamento internacional para as políticas apontadas.
Medição de Resultados Globais	
Mede: o plano de longo prazo apresenta metodologia de medição de políticas em nível global.	Não mede: o plano de longo prazo não apresenta metodologia de medição de políticas em nível global.
Preocupação com a Sustentabilidade Ambiental Global	
Preocupado: o plano de longo prazo preocupa-se com a sustentabilidade ambiental global.	Não preocupado: o plano de longo prazo não se preocupa com a sustentabilidade ambiental global.
Capacidade de Respostas a Crises Globais	
Responde: o plano de longo prazo apresenta respostas ou considera crises globais.	Não responde: o plano de longo prazo não apresenta respostas ou considera crises globais.
Capacidade de Respostas a Crises Globais no Contexto da América Latina	
Muito enfoque: o plano de longo prazo trata de forma principal e relevante as questões que envolvem o Brasil junto à América Latina.	Pouco enfoque: o plano de longo prazo trata de forma complementar ou superficial as questões que envolvem o Brasil junto à América Latina.

Fonte: elaborado pelos autores

A partir do quadro anterior, será possível apresentar uma proposta tipológica comparada em relação a três planos brasileiros de longo prazo elaborados pelo governo federal: o primeiro trata do chamado Projeto Brasil em 3 Tempos (Br3T), o segundo denominado Brasil 2022 e o último de Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento Econômico e Social (Endes).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Primeiro relatório de cenários futuros: projeto Brasil 3 Tempos (Br3T) – de 2007 a 2022

O Projeto Brasil 3 Tempos (Br3T) de 2006 foi produzido pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE-PR) e tem o objetivo de apresentar cenários futuros de longo prazo para a nação brasileira em três tempos definidos. Segundo o seu Relatório:

O Br3T foi desenvolvido sobre três marcos temporais: 2007 marca o início desse inovador processo de construção do futuro e de um novo período de governo; 2015 marca um objetivo intermediário, com reflexos internacionais, pois permitirá registrar os avanços sociais que o Brasil e outros países se comprometeram a conquistar junto à Organização das Nações Unidas ao assinarem as “Metas do Milênio”; e 2022, data do bicentenário da independência do Brasil (...). (NAE, 2006, p. 10).

O Br3T foi dividido em seis dimensões: institucional, econômica, sociocultural, territorial, do conhecimento, ambiental e global. O documento dá ênfase às questões globais. Segundo o Br3T, “no mundo moderno, os acontecimentos sucedem-se a uma velocidade cada vez maior. Concentrar-se exclusivamente no cotidiano imediato, sem uma visão global, dificulta a eficácia do planejamento presente e impossibilita o planejamento futuro” (NAE, 2006, p. 13).

O documento evidencia que o modelo de nação proposto se vincula a um valor competitivo e soberano na economia mundial e participativo dos processos decisórios internacionais (NAE, 2006, p. 69).

O Relatório do Br3T criou quatro hipóteses de cenários inovadores: o idealizado, o econômico, o de inclusão social e de expectativa da sociedade. Em todos eles, existiram cenários relacionados às agendas internacionais, embora com diferentes graus de prioridades.

O Br3T faz uma comparação entre o cenário de tendência natural,² o cenário idealizado³ e o cenário de inclusão social⁴. Dentre os temas estratégicos apontados no contexto idealizado de inclusão social numa perspectiva de relações internacionais para o futuro, pode-se apresentar: criação do Bloco Político Econômico da América do Sul; integração do Brasil no Bloco Político-Econômico do MERCOSUL; concretização do Bloco Político-Econômico no Continente Americano (ALCA), instituição do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre outros.

Pode-se notar que tal Relatório considerou nove propostas futuras que envolvem políticas globais e que há muita distância em anos entre os cenários naturais e idealizados desenvolvidos, o que comprova a importância de práticas antecipatórias de futuro que modelem a conquista mais célere e consistente com o futuro idealizado de conquistas sociais (PATROUILLEAU, 2022).

De outro modo, o Br3T, em perspectiva de políticas sociais globais, considerou uma futura possível tensão internacional, especificamente na Europa e na Ásia, quanto a conflitos entre nações na busca de garantia das fontes de água doce (NAE, 2006, p. 68). Desse modo, o Relatório construiu cenarizações específicas para questões sociais que consideraram o escopo global e alertou para crises globais que poderiam impactar o país, especialmente quanto às questões hídricas.

3.2 Segundo relatório de cenários futuros: Brasil 2022 – de 2010 a 2022.

O Brasil 2022 foi apresentado no ano de 2010 e trata de perspectivas futuras para um período de 12 anos. Ele objetivou ser um plano inspiracional de longo prazo para a sociedade brasileira no contexto de comemoração do bicentenário da independência nacional (SAE, 2010, p. 7-10).

A construção do Plano se deu a partir de 37 grupos distribuídos pelos diferentes Ministérios. Após, o Plano foi enviado para todos os secretários estaduais, entidades empresariais e sindicais e as principais organizações da sociedade civil (SAE, 2010, p. 10-11).

Diferentemente do Br3T, o Brasil 2022 foi elaborado em um formato narrativo, sem apresentação de sua metodologia de futuros e relacionou em vários tópicos a importância dos acontecimentos e tendências internacionais e seus impactos em âmbito nacional, o que o torna menos detalhado em comparação ao Br3T.

Entretanto, apresentou metas (o que chamou de metas do centenário) e indicadores a serem alcançados em diferentes políticas setoriais, embora não tenha demonstrado como chegou a tais indicadores (SAE, 2010).

Nesse sentido, o Brasil 2022 critica políticas neoliberais advindas de organismos internacionais ao aduzir que elas tiveram resultados aquém do esperado:

Em comparação, países que adotaram durante longos períodos as políticas prescritas pelos governos, organismos internacionais e megaempresas, defensores das recomendações do Consenso de Washington, isto é, de liberalização dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; de privatização generalizada; de desregulamentação agressiva e imprudente, inclusive do sistema bancário, apresentaram resultados pífios.

A fim de trazer uma proposta contrária à supramencionada, o Plano foi construído a partir dos princípios da representatividade (objeto de ampla consulta pela sociedade e pelo Estado), viabilidade (levar em conta a experiência da Administração como instrumento de sua implementação) e passível de avaliação e correção (metas claras e mensuráveis) (SAE, 2010, 104).

O Brasil 2022 apresentou as grandes tendências futuras do sistema internacional que foram examinadas para um cenário prospectivo para 2022, que foram: a aceleração da transformação tecnológica; o agravamento da situação ambiental-energética; o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza; as migrações, o racismo e a xenofobia; a contínua

globalização da economia mundial; a multipolarização econômica e política; a concentração de poder; a normatização internacional das relações entre Estados, empresas e indivíduos; e a definição internacional de parâmetros para as políticas domésticas dos Estados subdesenvolvidos (SAE, 2010, p. 104).

No que tange às metas do centenário que envolvem questões internacionais, o Brasil 2022 apresentou: reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas; aprofundar e expandir o MERCOSUL; decuplicar os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL; decuplicar a cooperação técnica e financeira com a África; consolidar a Unasul; consolidar o G-20; consolidar a articulação política com os países em desenvolvimento (Ibas, Brics, Asa, Aspa); promover a cooperação internacional para os direitos humanos e reforçar parcerias estratégicas com países desenvolvidos (SAE, 2010, p. 96). Quando às megatendências futuras para o Brasil, o Plano apresenta:

Estado plenamente soberano, o Brasil participará em condições de igualdade dos mecanismos de governança mundial e regional: do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual será membro permanente; do G-20, que será o principal organismo de coordenação da economia mundial; da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL que será o centro de um polo sul-americano; da Organização Mundial do Comércio - OMC - e do Fundo Monetário Internacional - FMI -, onde terá a capacidade de influir em favor dos países em desenvolvimento (...) (SAE, 2010, p. 59-60).

Desse modo, o Brasil 2022 demonstrou-se um plano inspiracional, que concedeu forte enfoque para questões internacionais, porém não apresentou as metodologias utilizadas para seus futuros e indicadores apresentados. Ele também não trouxe menção ao plano elaborado anteriormente, o que denota uma possível descontinuidade entre visões dos planos. Apesar disso, considerou questões que envolvem políticas sociais globais e trouxe seus futuros preferíveis quanto ao papel do Brasil em nível internacional (SAE, 2010).

3.3 Terceiro relatório: Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) – de 2020 a 2031

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) para o Brasil entre os anos de 2020 e 2031 foi concebida com o objetivo de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado - planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual - PPA da União - (MPDG, 2017, p. 5).

Tal documento tem o intuito de promover o desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos (2020 a 2031), tendo como diretriz principal “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais” (MPDG, 2017, p. 8-9). Para isso, a Endes se organiza por meio de cinco eixos centrais: econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social (MPDG, 2017, p. 15).

O Relatório Endes dispõe que a sua construção recebeu influência da Agenda 2030 das

Nações Unidas, da 21ª Conferência das Partes (COP 21) e do Acordo de Paris sob a Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (MPDG, 2017, p. 12). Segundo o documento, ao mesmo tempo que possui conteúdo alinhado às regras e aos compromissos internacionais relevantes, também se atenta à autonomia nacional do país no desenvolvimento de políticas nacionais para a promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável (MPDG, 2017, p. 15).

Quanto aos aspectos internacionais, a Endes apresentou uma série de temáticas relevantes, com enfoque em esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação, questões de mudanças climáticas, com ênfase no Acordo de Paris e a intensificação de fluxos migratórios. Quanto à multipolaridade econômica e política, o documento enfoca a ascensão da Ásia sob o ponto de vista econômico. Já na questão política, a Endes postula que uma crescente competição entre grandes potências tem a possibilidade de fragilizar a ordem internacional vigente (MPDG, 2017).

Ainda quanto aos temas internacionais, o relatório trata de questões de diplomacia, ressalta a importância do setor da defesa em prol da soberania do país e da defesa nacional, sobretudo na região amazônica e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, a consolidação da América Latina e do Caribe como espaço de paz, cooperação e desenvolvimento sustentável como um dos objetivos centrais da política externa brasileira e o papel de relevância do Brasil no cenário internacional por decorrência do elevado nível de capital natural que possui (MPDG, 2017). A Endes também apresentou a sua visão quanto à crescente globalização:

Em meio à crescente globalização, será possível observar o crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos Estados. Instituições globais como a OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a ONU terão de se adaptar ao novo cenário de poder global. Serão estabelecidas instituições políticas para assegurar a regulação de áreas de domínio econômico público internacional, o que pode gerar concorrências e conflitos políticos. Haverá, também, crescimento da atuação de organizações não governamentais para superar desafios globais de desenvolvimento humano (MPDG, 2017, p. 110).

No aspecto das políticas sociais globais, o documento apresenta a relação entre os eixos da Endes e a dimensão “pessoas” da Agenda 2030, tendo como um objetivo a consolidação do papel do Brasil no âmbito internacional nesse quesito (MPDG, 2017).

A Endes apresentou as suas megatendências no eixo social, quais sejam: o crescimento da população se dará em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional; a mortalidade infantil deverá manter sua tendência de queda; a participação da população em idade ativa (PIA) será reduzida em escala global; os movimentos migratórios se intensificarão; a pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis será maior: renda do trabalho e capital, população urbana e rural, capital e regiões interioranas, homens e mulheres, raças distintas e povos indígenas (MPDG, 2017, p. 115).

O documento elenca uma série de objetivos relacionados ao eixo social, embora não estipule metas quantitativas ou demonstre suas conquistas em cenários naturais ou tendenciais. Tendo sido o único dos três documentos que dedicou uma seção à mitigação de riscos futuros,

alertou para a possível ampliação dos fluxos migratórios em decorrência de mudanças climáticas intensas, desastres naturais, guerras nacionais e regionais e crises econômicas nos países latino-americanos (MPGD, 2017, p. 175).

Percebe-se também que o Endes não mencionou os impactos dos planos públicos de longo prazo federais elaborados em anos anteriores em sua estratégia, como também não apresentou se eles foram efetivos ou mesmo os possíveis aprendizados que poderiam ter advindo a partir deles. Ato contínuo, após a descrição dos três relatórios, passa-se ao detalhamento da proposta taxonômica dos planos federais de longo prazo comparados.

3.4 Proposta tipológica: análise dos planos federais de longo prazo comparados

Tendo sido realizada a descrição e uma análise panorâmica de cada um dos três relatórios de cenários futuros selecionados, nesta seção, faz-se uma categorização comparativa à luz dos treze pontos de comparação (taxonomia). Tal categorização, que se vincula com o planejamento federal de longo prazo e as políticas sociais globais, evidencia aspectos relevantes, a partir da codificação sistemática elaborada, que poderiam se fazer presentes nesses instrumentos, além da possibilidade de se constatar de que maneira tais relatórios analisados as consideraram.

A partir da categorização comparada, foi possível perceber as similitudes e diferenças de construção dos relatórios de cenários futuros analisados, de modo a propor uma reflexão quanto à necessidade de aperfeiçoamento de tais planejamentos prospectivos. Abaixo é apresentada a taxonomia comparada emergente dos códigos produzidos na etapa da análise de dados textuais:

Quadro 3: Proposta de Categorização Sistemática Comparada

Categorização	Brasil 3 Tempos	Brasil 2022	Endes
Alinhamento do plano federal de longo prazo com uma visão global	Alinhado	Alinhado	Alinhado
Ajustamento do plano federal de longo prazo com as políticas sociais globais	Ajustado	Ajustado	Ajustado
Apoio de parceiros internacionais	Não apoiado	Não apoiado	Não apoiado
Abordagem de política social global	Focalizada	Focalizada	Focalizada
Construção de cenários futuros para as questões de políticas sociais globais	Construído	Não construído	Não construído
Âmbito de cobertura para as políticas sociais globais	Abrangente	Abrangente	Abrangente

Enfoque geográfico das políticas sociais globais	Nacional	Nacional	Nacional
Integração das políticas sociais com os objetivos das Nações Unidas	Integrado com os Objetivos do Milênio	Integrado com os Objetivos do Milênio	Integrado com a Agenda 2030 da ONU
Apresentação de fontes de financiamento internacional	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta
Apresentação da medição de resultados de políticas em nível global	Apresenta	Não apresenta	Apresenta
Preocupação com a sustentabilidade ambiental global	Preocupado	Preocupado	Preocupado
Capacidade de respostas a crises globais	Responde	Não responde	Responde
Enfoque nas relações que envolvem a América Latina	Pouco enfoque	Muito enfoque	Pouco enfoque

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir da análise comparada dos três relatórios de cenários futuros acima descritos, podem-se notar semelhanças e diferenças entre eles. Todos apresentaram certo alinhamento e consideraram os impactos de agendas internacionais na elaboração do planejamento doméstico.

Do mesmo modo, os três planos nacionais ajustaram-se às políticas sociais globais, embora não se tenha evidenciado o apoio ou o financiamento de organizações internacionais em forma de patrocínio ou como de uma comunidade epistêmica nesse contexto.

Ademais, pode-se perceber que os três planos de longo prazo apresentaram políticas sociais mais focalizadas que universais, com orientações para redução de desigualdades socioeconômicas para a população mais vulnerável, em detrimento de políticas para toda a população, sem distinções, por exemplo.

Eles também demonstraram uma característica de considerar tais políticas numa visão abrangente, tendo em vista que objetivaram cobrir uma ampla gama de serviços e direitos sociais. Tais planos se configuraram pela resolução de problemas sociais numa visão geográfica nacional, não especificando futuros regionais ou locais. Especificamente quanto às questões ambientais, os relatórios também deram importância à temática que envolve sustentabilidade ambiental global.

Um ponto relevante é que somente o Br3T apresentou a construção de cenários futuros e tendencias de longo prazo para as políticas sociais globais apresentando os anos de sua

conquista, o que impacta na efetividade da formulação e implementação de tais políticas em contextos futuros. Essa é uma questão central, uma vez que a ausência de imagens de futuros em relatórios prospectivos pode dificultar uma visão de futuro comum e embarreirar atitudes antecipatórias (STEEN E TWIST, 2013).

Os planos Br3T e Brasil 2022 demonstraram integração com políticas sociais globais incentivadas pelas Nações Unidas, especificamente com os Objetivos do Milênio. O Endes, por sua vez, apresentou uma integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 da ONU.

Outra questão relevante diz respeito à medição de resultados globais: somente o plano Brasil 2022 não trouxe alguma metodologia ou proposta de medição. A medição de resultados é importante para monitorar e comprovar a eficácia e a efetividade ou não das políticas propostas (FUERTES E MAZUREK, 2022).

Em outra frente, somente o plano Brasil 2022 não apresentou medidas ou propostas para contenção de crises globais. Desse modo, planejamentos que não consideraram incertezas futuras podem ser menos orientadores e efetivos em seus propósitos (PATROUILLEAU, 2022).

Complementarmente, no que diz respeito ao enfoque concedido às questões que envolvem a América Latina, apenas o plano Brasil 2022 demonstrou maior importância a esse ponto, o que traz um alerta relevante quanto à necessária consideração de impactos futuros entre países de uma mesma região, considerando que a proximidade geográfica pode influenciar políticas sociais globais, em contextos migratórios mais intensivos (ROSE, 1991).

Em aspectos gerais, os três planos apresentaram foco em megatendências futuras, destacando a relevância da visão prospectiva de futuros públicos. Do mesmo modo, eles comprovaram uma intenção estratégica, ao demonstrar suas propostas de orientação às políticas públicas e de tentativa de influência no processo de tomada de decisão federal.

No entanto, outros aspectos não estiveram presentes em tais planos, tais como: ausência de estratégias de monitoramento, acompanhamento e avaliação, pouco detalhamento sobre desafios estratégicos como ocorrem com políticas setoriais transversais, multitemáticas e interdimensionais e uma ausência de menção aos planos anteriores, que sugere uma falta de continuidade estratégica sistêmica e integrada e de aprendizagem institucional a nível federal.

Quanto ao monitoramento, não foram encontradas balizas nos relatórios analisados. Entretanto, como forma de ampliar a pesquisa e sugerir investigações futuras, foram coletados documentos de auditoria, inspeção e levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) quanto à diversas políticas setoriais federais, como: ciência, tecnologia e inovação (Acórdão nº 613 de 2014), plano de legado de obras públicas das Olimpíadas 2016 (Acórdão nº 393 de 2018), segurança pública (Acórdão nº 811, de 2017), sistema nacional de crédito rural (Acórdão nº 1708 de 2017), gestão de museus (Acórdão nº 1.243 de 2019), fiscalização da região nordeste (Acórdão nº 1.827 de 2017), governança de solos não-urbanos (Acórdão nº 1.928 de 2019), o que demonstra uma possível prática de monitoramento e avaliação de planos de longo prazo, contudo protagonizada por um órgão auxiliar de controle externo.

Ainda assim, essa diversidade de abordagens mapeada é uma característica importante, uma vez que reflete a complexidade e adaptabilidade do PPLP federal, o que pode ser sugestivamente explicitado pelas percepções dos atores envolvidos na concepção de cada plano estudado, além de suas intenções e expectativas expressadas nos documentos.

Por fim, frise-se que não foram encontradas atualizações dos referidos planos, mas somente a elaboração de novos planos elaborados por equipes distintas, conforme cada transição governamental, o que também pode servir como aspecto a ser considerado como quesito sugestivo de boa prática para criação de tais instrumentos de planejamento de longo prazo, ainda que no bojo de uma mesma legislatura.

Portanto, comprova-se, ainda que indutivamente, que os planos analisados, quanto às políticas sociais globais em perspectiva de planejamento federal de longo prazo brasileiro, apresentam-se comparativamente diversificados e pouco alinhados entre si.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a relação entre planejamento público de longo prazo e sua interação com políticas sociais globais no contexto federal brasileiro. O objetivo central do trabalho foi dimensionar, por meio de uma análise comparativa, as categorizações presentes a partir da análise de três relatórios federais de cenários futuros brasileiros num enfoque federal, com exame sobre como esses planos têm sido concebidos e como as políticas sociais globais são consideradas em seu processo de elaboração.

Os resultados deste estudo revelaram uma diversidade na elaboração desses planos, com destaque para a inexistência de um único padrão ou abordagem comum. Por exemplo, enquanto alguns deles incorporaram metas e indicadores relacionados às políticas sociais globais, outros não deram ênfase a essas questões, tendo-se se caracterizado com uma forma mais narrativa e inspiracional.

Do mesmo modo, enquanto alguns dos planos preocuparam-se com crises globais, outros não consideraram a relevância desse tema. Ainda, enquanto alguns deles perceberam o contexto específico da América Latina, outros não o fizeram.

Esses documentos também não apresentaram a maneira pela qual esses cenários serão considerados nos diferentes tipos de planejamentos governamentais e não governamentais, além de como se deram (ou não) as práticas de participação coletiva de sua construção, o que pode impactar o seu grau de efetividade.

Não obstante, pode-se considerar que o planejamento público de longo prazo assume diferentes papéis e implicações, como aqueles que se voltam apenas para a apresentação de megatendências e cenários futuros, de modo indicativo e sem compromisso com a sua execução prática, mas ainda assim possível de ser influente no processo de tomada de decisão, considerando a relevância de projeções produzidas por atores governamentais, como se pode perceber a partir de alguns desses relatórios analisados.

Essa diversidade de abordagens é uma característica relevante, uma vez que descortina a complexidade, mutabilidade e adaptabilidade do planejamento público de longo prazo no contexto brasileiro. Essa questão pode sugestivamente ser explicada pelas percepções dos atores envolvidos com a concepção, as intenções e as expectativas de cada plano.

É importante ressaltar que os planos públicos de longo prazo desempenham um papel crucial na orientação das políticas sociais, seja como fonte de inspiração, seja como meio do estabelecimento de direcionamento para essas políticas. Portanto, analisar essas considerações é fundamental para compreender como as políticas sociais evoluem e se adaptam em resposta aos desafios globais em constante transformação.

Como resultado, pode-se destacar uma necessidade de maior sistematização e aprofundamento na forma como o Poder Executivo federal tem considerado a agenda de políticas sociais globais no contexto do longo prazo. Em sentido geral, pode-se até mesmo aventar uma possibilidade de criação regras ou requisitos que minimamente precisariam ser considerados quando da elaboração de planos de longo prazo, como: objetivo, metodologia, atores, monitoramento, avaliação, continuidade e aprendizagem institucional.

Como limitação de pesquisa, tem-se que: (i) a escolha de três relatórios considerou a restrição de tempo e volume de dados. Novos estudos poderiam expandir essa análise para adicionar mais documentos, inclusive os planos nacionais setoriais e planos subnacionais; (ii) a pesquisa limitou-se a uma análise comparada e descritiva de planos, sem se aprofundar em aspectos de impacto, obstáculos e efetividade desses planos na prática. Novas pesquisas poderiam adentrar em questões específicas desses recortes relevantes; (iv) a falta de referências claras a planos anteriores em cada documento analisado pode indicar uma descontinuidade estratégica. Futuras investigações poderiam explicar este enfoque, de maneira a entender como a aprendizagem institucional e adaptação entre planos baseadas nas experiências passadas são incorporadas em novas estratégias de longo prazo.

Além disso, para pesquisas futuras, recomenda-se a avaliação da conexão desses planos de longo prazo com a efetivação de políticas sociais globais, bem como em que medida são fonte de embasamento de tais políticas. Somado a isso, a exploração de uma possível padronização ou sistematização de categorias relevantes que poderia ser adotada ou servir de modelo em novos planos de longo prazo nacionais e subnacionais e servir como baliza de avaliação.

Seria ainda interessante investigar até que ponto as considerações presentes nos planos públicos de longo prazo se refletem em planos não governamentais e recebem influências de atores públicos não estatais, o que também abre margem para pesquisas sobre a participação social em planos de longo prazo de políticas sociais globais.

Em outra frente de aprofundamento, partindo desta classificação exploratória desenhada e levada a cabo nesta pesquisa, poder-se-ia realizar um aprofundamento investigativo com entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos na concepção de cada plano no sentido de compreender as razões de distintos enfoques, o processo de elaboração e os alcances dos planos.

Numa outra perspectiva de análise, pode-se realizar novas pesquisas para entender o papel do TCU como ator relevante no processo de monitoramento e avaliação de planos públicos de longo prazo. Disso, podem-se advir questionamentos como: Quais são os critérios de avaliação de efetividade desses planos na visão do TCU? Quais são os desafios recorrentemente verificados para o cumprimento dos planos? Como tais recomendações e determinações do TCU podem servir como aprendizagem institucional para melhoramento de planos futuros? Essas e outras perguntas podem contribuir para a literatura de estratégia e planejamento público.

Em síntese, este texto, dentro de sua abordagem exploratória, contribui para a compreensão – em termos iniciais – sobre como o planejamento público de longo prazo em âmbito federal e as políticas sociais globais interagem entre si no contexto brasileiro, com destaque à diversidade de abordagens e com apontamento dos caminhos para pesquisas futuras que possam aprofundar a compreensão desse importante assunto.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ivan Trizi; COELHO, Fernando de Souza; LEITE, Leonardo Queiroz. **O plano plurianual (PPA) como manifestação da agenda governamental de políticas públicas: uma análise do governo federal e uma ilustração de um caso estadual (RS)** *In*: Planejamento e políticas públicas: intencionalidades, processos e resultados [recurso eletrônico] - Luciana Leite Lima, Luciana Pazini Papi, org. Porto Alegre: Jacarta, 2020, 323 p.

BRASIL. **Brasil 2022 / Secretaria de Assuntos Estratégicos**. - Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010. 100 p. Disponível em: https://arquivo.cepal.org/pdfs/GuiaProspectiva/PlanoBrasil2022_web.pdf. Acesso em 5 ago. 2023.

BRASIL. Cadernos NAE / Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - nº 6 (nov. 2006). - Brasília: **Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**, 2006. Disponível em: <https://brasil2100.com.br/wp-content/uploads/2023/05/1896d254-81c6-4cb0-a647-9c5b8964eaf2.pdf> Acesso em: 13 set. 2023

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Estudos preparatórios**, 2017. Disponível em: <http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/planos-desenvolvimento/prda/arquivos/2019/estrategia-nacional-de-desenvolvimento-e-social.pdf> Acesso em: 19 out. 2023.

BÉLAND, Daniel et al. **Instrument constituencies and transnational policy diffusion: the case of conditional cash transfers**. *Review of International Political Economy*, v. 25, n. 4, p. 463482, 2018.

BÉLAND, Daniel; HOWLETT, Michael; MUKHERJEE, Ishani. **Instrument constituencies and public policymaking: An introduction**. *Policy and Society*, v. 37, n. 1, p. 1-13, 2018.

BARZELAY, M. et al. Research on public management policy change in Latin American Region: conceptual framework, methodological guide and exemplars. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, Washington Dezembro, 2001. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/research-public-management-policy-change-latin-american-region-conceptual-framework-methodological> Acesso em: 10 jun. 2023.

CASSIANI, S. H. B.; ALMEIDA, Ana Maria de. **Teoria fundamentada nos dados: a coleta e análise de dados qualitativos.** *Cogitare Enfermagem*, v. 4, n. 2, p. 13-21, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44840>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CASTRO, Ana Célia. Capacidades e capacitações estatais para uma agenda de futuros. **Revista do Serviço Público**, v. 74, n. 1, p. 42-62, 2023. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9951> Acesso em 03 set. 2023.

CEPIKU, Denita. 11 Can strategic foresight in public management succeed?. **Governance and Public Management: Strategic foundations for volatile times**, p. 147, 2014.

DE MEDEIROS, Angélica Pott; DOS SANTOS, José Luís Guedes; ERDMANN, Rolf Hermann. **A teoria fundamentada nos dados na pesquisa em administração: evidências e reflexões.** *Revista de Ciências da Administração*, v. 21, n. 54, p. 95-110, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2019.e60548>. Acesso em 5 abr. 2023.

DE OLIVEIRA, Osmany Porto. A prelude to policy transfer research. In: **Handbook of policy transfer, diffusion and circulation**. Edward Elgar Publishing, 2021. p. 1-24.

DE SOUZA, Amanda Victória Queiroz; MARQUES, Sabrina Durigon. A Agenda 2030 no Brasil e o desmonte das políticas públicas como meta. *Revista do CEAM*, v. 7, n. 2, p. 35-55, 2021.

DE TONI, Jackson. Em busca do planejamento governamental do século XXI - novos desenhos. In: **Reflexões para Ibero-América: Planejamento estratégico**. Fabián Repetto et al: ENAP, 2009, 105 p.

DEACON, Bob. The International and Global Dimensions of Social Policy Global *in: Social Policy and Governance*. Sage, 2007. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/14362> Deacon Chapter 1.pdf Acesso em 29 out. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 18, p. 21-30, 2003.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** /Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992. Disponível em: <https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/IO-1992-Haas.pdf> Acesso em: 13 ago 2023.

KARCH, Andrew. Emerging issues and future directions in state policy diffusion research. *State Politics & Policy Quarterly*, v. 7, n. 1, p. 54-80, 2007.

JONYO, Fred. The Global Context of Public Policy. In: **Public Policy and Research in Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 235-250. Disponível em: https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-030-99724-3_10.pdf Acesso em: 25 ago. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIMA, M. A. et al. **Renewable energy in reducing greenhouse gas emissions: Reaching the goals of the Paris agreement in Brazil.** *Environmental Development*, v. 33, p. 100504, 2020. Disponível: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211464520300191?via%3Dihub>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MALINAR, Ante. The role of the World Bank and the International Monetary Fund in the healthcare financing reforms in Croatia: Transfer of ideas and limited coercion. **Global Social Policy**, p. 14680181221108017, 2022.

MASINI, Eleonora Barbieri. **Why futures studies?** Grey Seal, London, 1993.

MATEI, Lucica. Globalization and Public Policies: Transnational Actors' Involvement. In: **27th International Congress of Administrative Sciences**, Abu Dhabi, United Arab Emirates. 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1372064. Acesso em: 17 abr. 2023.

MATUS, Carlos. Política, planejamento & governo. In: **Política, planejamento & governo**. Série IPEA, Brasília, 1991.

MARUZEK, Hubert; FUERTES, Debra Pereira. La prospectiva, ventajas y limitantes para la planificación y la tomada de decisión. In: **Prospectiva y estudios del futuro**. Epistemologías y experiencias en América Latina. Petrouilleau *et al.* Plural Editores, Bolívia, 2022.

MENDONÇA, M. B. de. Técnicas de prospecção e análise de cenários futuros nos governos e 19 administração pública do Brasil: revisão da produção científica brasileira de 2001 a 2010. **V Encontro de Estudos em Estratégia**: Porto Alegre, p. 1-15, maio, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/35870927/T%C3%A9cnicas_de_Prosp%C3%A7%C3%A3o_e_An%C3%A1lise_de_Cen%C3%A1rios_Futuros_nos_Governos_e_Administra%C3%A7%C3%A3o_P%C3%BAblica_do_Brasil_Revis%C3%A3o_da_Produ%C3%A7%C3%A3o_Cient%C3%ADfica_Brasileira_de_2001_a_2010 Acesso em 16 nov 2023.

OLIVEIRA, Maria Clara; BICHIR, Renata Mirandola. Transferência Monetária no Brasil e no Chile: Comparando Ideias e o Papel de Instrument Constitucionales. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 211-246, 2021.

ORENSTEIN, Mitchell A. The new pension reform as global policy. **Global Social Policy**, v. 5, n. 2, p. 175-202, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]** : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. - 2. ed. - Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PATROUILLEAU, María Mercedes. Epistemología y crítica de la prospectiva y los estudios del futuro. Una visión desde América Latina. In: **Prospectiva y estudios del futuro** **Epistemologías y experiencias en América Latina**, Plural Editores, Bolívia, 2022.

PARES, Ariel; VALLE, Beatrice. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. **Coletânea Planejamento e orçamento governamental**, v. 1, 2006.

ROSE, Richard. What is lesson-drawing?. *Journal of public policy*, v. 11, n. 1, p. 3-30, 1991. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-public-policy/article/abs/what-is-lessondrawing/13FAAE1D377F7733A3BBDF3B7D826FD1> Acesso em: 2 set. 2023.

TORRES, Pedro Henrique Campello et al. Is the Brazilian national climate change adaptation plan addressing inequality? **Climate and environmental justice in a global south perspective**. *Environmental Justice*, v. 13, n. 2, p. 42-46, 2020. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/env.2019.0043>. Acesso em: 5 maio 2024.

THIEL, S. V. Research methods in public administration and public management: An introduction. Routledge, 2014.

VAN DER STEEN, M. A.; VAN TWIST, M. J. W. Foresight and long-term policy-making: **An analysis of anticipatory boundary work in policy organizations in The Netherlands.** Futures, v. 54, p. 33-42, 2013.

VAN THIEL, Sandra. Research methods in public administration and public management: **An introduction.** Routledge, 2014.

YEATES, Nicola; HOLDEN, Chris. Introducing global social policy. In: **Understanding Global Social Policy.** Policy Press, 2022. p. 1-22. Disponível em: <https://policy.bristoluniversitypress.co.uk/understanding-global-social-policy> Acesso em: 2 de set. 2023.

YEATES, Nicola. Globalization and Social Policy. From global neoliberal hegemony to global political pluralism. **Global Social Policy**, 2(1), 2002, p. 69-91.

Notas de fim

¹ Todas as categorizações e codificações correspondentes (separadas por páginas) dos três relatórios analisados e de excertos da jurisprudência do TCU podem ser acessadas pelo link: <https://bit.ly/relatorioscodificados>.

² O Cenário Natural é o cenário prospectivo percebido como o que irá ocorrer naturalmente, isto é, segundo a tendência e os fatos mais prováveis, dentro do horizonte temporal estabelecido (NAE, 2006, p. 48).

³ O Cenário Idealizado foi modelado sem respeitar os limites do poder nacional que seriam necessários à conquista dos objetivos estratégicos pretendidos. Sua finalidade foi a de conformar uma moldura de futuro ideal, utópica, mas que pudesse contribuir para criar no imaginário popular o modelo da Nação ideal desejada para o futuro (NAE, 2006, p. 66).

⁴ O Cenário de Inclusão Social foi modelado dentro da lógica do Projeto Brasil 3 Tempos que prioriza o conhecimento, em outras palavras, a pessoa humana, como seu foco estrutural e inovador. Dentro dessa concepção, o resgate da cidadania e a educação são as bases da construção do futuro. Nos mesmos moldes da modelagem anterior, o parâmetro da motricidade de cada tema serviu para priorizar sua cronologia de implementação (NAE, 2006, p. 67)